

DOS SOCIALISMOS UTÓPICO E REVOLUCIONÁRIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA

from utopian socialism and revolutionary to solidarity economy

Miriam Hermi Zaar *

Resumo

Grande parte das características que atribuímos às experiências associadas à economia solidária não são recentes, estão imbuidas de conceitos desenvolvidos por teóricos do século XIX que fizeram parte de correntes filosóficas como o liberalismo, o socialismo utópico e o socialismo revolucionário. Para elas contribuíram, por um lado, as ideias e as obras dos socialistas utópicos Saint Simon, Charles Fourier e Robert Owen; e por outro, as teorias revolucionárias desenvolvidas por Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Marx e Lenin. Para entender esse processo elaboramos uma reflexão teórica sobre os ideais que fomentaram as experiências associativas desde último século e meio e que continuam presentes nos recentes movimentos sociais que se caracterizam pela prática da economia solidária.

Palavras-chave: Movimentos associativos, Socialismo utópico, Teorias científicas e revolucionárias, Economia solidária.

Abstract

Many of the features that we attribute to the experiences associated with solidarity economy are not new. They are imbued with concepts developed by nineteenth-century theorists who made as part of philosophical liberalism, socialism utopian and revolutionary socialism. For them contributed, on the one hand, the ideas and works of the utopian socialists Saint Simon, Charles Fourier and Robert Owen; and on the other, the revolutionary theories developed by Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Marx and Lenin. To understand this process will elaborate a theoretical reflection on the ideals that promoted associative experiences in the last Century and a half, and they are still present in recent social movements characterized by the practice of solidarity economy.

Key words: Associative movements, Utopian socialism, Revolutionary scientific theories, Economic solidarity.

Resumen

Gran parte de las características que atribuimos a las experiencias asociadas a la economía solidaria no son recientes, están imbuidas de conceptos desarrollados por teóricos del siglo XIX que formaron parte de corrientes filosóficas como el liberalismo, el socialismo utópico y el socialismo revolucionario. A ellas contribuyeron, por un lado, las ideas y las obras de los socialistas utópicos Saint Simon, Charles Fourier y Robert Owen; y por otro, las teorías revolucionarias desarrolladas por Proudhon, Bakunin, Kropotkin, Marx y Lenin. Para entender este proceso elaboramos una reflexión teórica sobre los ideales que fomentaron las experiencias asociativas en este último siglo y medio, que continúan presentes en los recientes movimientos sociales que se caracterizan por la práctica de la economía solidaria.

Palabras-claves: Movimientos asociativos, Socialismo utópico, Teorías científicas revolucionarias, Economía solidaria.

(*) Coordenadora do Portal Geocrítica, Universidad de Barcelona - Gran Via de les Corts Catalanes, CEP: 585 08007, Barcelona, Espanha, Tel/Fax: (+ 34 93) 333 34 66 / 333 0614 - miriamzaar@yahoo.es

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas se tem falado muito de economia solidária. No Brasil foi objeto de pesquisa por parte de economistas como Paul Singer, Gabriel Kraychete, José Luis Coraggio e José Ricardo Tauile; por sociólogos como Luiz Inacio Gaiger e também por geógrafos, antropólogos, filósofos, educadores, etc. A maioria dos trabalhos consiste na elaboração de um marco teórico em que se debatem suas características, delimitam o seu campo de ação, estudam as múltiplas experiências e comprovam os seus resultados. Uma condição necessária para entender e aceitar a economia solidária como uma forma associativa com características próprias e, portanto, diferentes da cooperativa-empresa que se difundiu no Brasil a partir da década de 1960 com o fomento a agroindustrialização.

Depois de haver estudado a importância da economia solidária para a manutenção dos agricultores familiares brasileiros, tema que desenvolvemos durante a nossa tese doutoral, cremos oportuno elaborar uma reflexão histórica e ao mesmo tempo teórica sobre os ideais que fundamentaram as experiências associativas do século XIX e XX e que continuam presentes nos recentes movimentos sociais que se caracterizam pelas práticas solidárias.

Com a finalidade de demonstrar que grande parte das características que hoje atribuímos as experiências relacionadas com a economia solidária não são recentes, mas que estão imbuídas de conceitos que engendraram muitas das associações que se constituíram a partir da metade do século XIX, estruturamos este trabalho em duas partes distintas. Na primeira vincularemos o pensamento de alguns dos principais ideólogos do pensamento social aos principais movimentos associativos europeus do início do século XIX, entre os que destacamos tanto os ideais iluministas e o pensamento positivista como as correntes socialistas, estas últimas representadas por diferentes tendências como a socialista utópica, a marxismo-leninismo e a anarquista ou ácrata. A continuação, analisaremos como algumas destas teorias influíram no movimento cooperativo brasileiro a partir da segunda metade do século XIX e, recentemente com o surgimento da economia solidária. Para analisar a sua importância no mundo rural brasileiro nas últimas décadas, relataremos uma experiência que se produziu no Reassentamento São Francisco (Oeste do estado do Paraná) a partir de 1997, onde os agricultores familiares expropriados das suas terras, implementaram um sistema de organização solidário que possibilitou a sua manutenção e a melhora das suas condições de vida e de trabalho.

O PENSAMENTO LIBERAL E O ASSOCIATIVISMO

Para entender o processo que engendrou as primeiras associações de trabalhadores, assim como as que conhecemos atualmente, e analisar a sua evolução é fundamental fazer uma rápida referência sobre a importância que tiveram alguns movimentos sociais e intelectuais no século XVIII. Nos referimos ao Iluminismo e aos conceitos relacionados com a liberdade política, com a igualdade e com a separação dos poderes que compõem o Estado, e que foram desenvolvidos por filósofos como Voltaire, Rousseau, Montesquieu, etc.

Suas ideias serviram de referência teórica para mobilizar as massas e formar a base que sustentou as insurreições populares e inúmeras experiências que pretendiam acabar com a estrutura absolutista das monarquias que dominava em grande parte a Europa. Também foram responsáveis pelo aparecimento de movimentos sociais pacíficos que originaram diferentes formas de cooperação durante o século XIX.

O pensamento liberal imbuído de conceitos que enalteciam a liberdade individual, a propriedade privada, o desenvolvimento de atividades econômicas em torno da iniciativa individual e da livre concorrência, trouxe ao século XIX uma nova concepção de trabalho e se transformou em um importante aliado do associacionismo porque este melhorava a vida dos trabalhadores sem que para isto houvesse qualquer alteração do “status quo”. Uma condição que, ao mesmo tempo em que fomentou o consumo, ampliou as possibilidades de lucro do setor produtivo, afastando os trabalhadores da influência revolucionária.

Apoiando esta tendência, Friedrich W. Raiffeisen e H. Schulze-Delitzsch criaram, na Alemanha, a partir de 1847 e 1849 respectivamente, as primeiras associações de crédito mútuo para obtenção de provisões. O público alvo eram agricultores modestos, artesãos, pequenos comerciantes e industriais urbanos.

A influência do pensamento liberal na difusão das cooperativas de crédito

Friedrich Raiffeisen organizou bancos de crédito e de poupança que ao contrário de outras experiências, diferenciava os associados pobres (beneficiários) dos associados ricos, os quais persuadia que, por dever de caridade, deveriam participar destas associações e comprometer a sua fortuna. A participação destes capitalistas era uma garantia sólida e funcionava como elemento de confiança para que outros empresários e pequenos produtores também depositassem ali os seus excedentes financeiros.

Estas associações de crédito eram tipicamente rurais e abrangiam áreas reduzidas, não superior a de um município. Reuniam entre 600 e 3.000 membros, concediam créditos a curto, médio e longo prazo para a compra de provisões e para financiar a produção agrícola, a compra de gado e de equipamentos agrícolas.

Como resultado destas iniciativas, Raiffeisen criou em 1874, para toda Alemanha, o Banco Alemão Raiffeisen, e no ano seguinte constituiu a União Nacional de Cooperativas Agrícolas.

Com algumas diferenças substanciais, as associações criadas por H. Schulze-Delitzsch a partir de 1849 foram as que mais triunfaram: formavam uma rede de trinta bancos populares que previa a distribuição de benefícios proporcionais ao capital invertido, abrangia sócios de outros núcleos urbanos e, diferente do modelo Raiffeisen, remuneravam as funções exercidas pelos diretores e administrativos.

H. Schulze entendia a cooperação como um instrumento necessário para os mais débeis para que pudessem juntos usufruir das vantagens do capitalismo, e justificava: se um individuo é suficientemente forte para dirigir uma empresa capitalista não tem motivos para associar-se a uma cooperativa.

Luigi Luzzatti, Leone Wollemborg e Alphonse Desjardins, profundamente motivados com os resultados das cooperativas de crédito alemãs, criaram na Itália e no Canadá instituições similares.

Luigi Luzzatti adaptou as cooperativas concebidas por Schulze-Delitzsch a realidade italiana e fundou entre 1864 e 1865 em Lodi e Milão os primeiros bancos populares na Itália. Leone Wollemborg fundou em Pádua, em 1883, a primeira cooperativa tipo Raiffeisen com o objetivo de outorgar créditos para a produção.

Alphonse Desjardins elaborou uma síntese destes modelos e os adaptou a tradição norte-americana dos saving banks. Em 1900 criou, com um grupo de trabalhadores de uma mesma fábrica, a primeira cooperativa de crédito mútuo em Quebec que se preocupou com os aspectos educacionais e econômicos dos seus associados, incentivando a autogestão como forma de integração no que ele denominou “via do progresso social” (SOLDEVILLA; KAPLAN; DRIMER; LAMPERT).

OS IDEIAS SOCIALISTAS E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO

O termo “socialismo” foi utilizado pela primeira vez em princípios do século XIX, no entanto já haviam antecedentes destas aspirações éticas socializantes no diálogo “A República” de Platão, na “A Utopia” de Thomas More e em “A Nova Atlântica” de Francis Bacon. Conceito definitivamente estabelecido na segunda metade do século XIX foi utilizado para se opor ao liberalismo e ao capitalismo, e também a outros elementos que alienassem ou reprimissem os homens, como a religião, a família patriarcal, o Estado, etc. Defendia a abolição da propriedade privada, as diferenças de classes e proclamava o pacifismo como ideal internacional (SOLDEVILLA, 1973, p. 51).

Com muitos elementos em comum e algumas diferenças substanciais o pensamento socialista engendrou correntes e experiências distintas. Nos referimos, por um lado, ao socialismo utópico



idealizado por Saint Simon, Charles Fourier e por Robert Owen; e por outro, às teorias científicas e revolucionárias idealizadas tanto por Proudhon, Bakunin e Kropotkin (anarquismo), como por Marx e Lenin (marxismo-leninismo) e que impulsionaram importantes ensaios e experiências durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX.

A contribuição do socialismo utópico às práticas associativas

Saint Simon (Claude-Henri de Rouvroy, 1760-1825), François Maria Charles Fourier (1772-1837) e Robert Owen (1771-1858) foram os três representantes da geração utópica. Eram pacifistas e acreditavam que a persuasão pela palavra e pelo exemplo seria o suficiente para mudar a sociedade. Neste sentido o associativismo e a cooperação seriam as peças fundamentais nesta transição de modelo.

As ideias do Conde de Saint Simon

Saint Simon era contrário aos privilégios aristocráticos e eclesiásticos, a quem considerava a base de todas as injustiças, e por isto propôs um Estado em que o poder deveria ser formado por “homens úteis”: industriais (detentores de recursos financeiros), cientistas e artistas (capacidade científica) e que a economia deveria ser contralada por associações de trabalhadores encarregadas de distribuir os bens de consumo para atender as necessidades gerais da população e estimular o progresso. Além disto, tinha como ideal que “cada indivíduo ou cada povo pudesse dedicar-se ao tipo de atividade para a qual ele tivera mais talento”. Para formar o homem defendia a “educação geral”, e para preparar o trabalhador propôs a “educação especial” (CHARLÉTY, 1969, p. 45 e 62). Atribuía ao associativismo o papel de promover a paz: a melhora do estado de bem-estar eliminaria a exploração do homem pelo homem.

Charles Fourier e os “falanstérios”

Além de fazer uma dura crítica ao capitalismo e ao liberalismo econômico, Fourier rejeitava o sistema industrial, a moral burguesa e patriarcal baseada na família nuclear e na moralidade cristã.

Para resolver o problema de produção, distribuição e justiça social, idealizou unidades de produção denominadas “falanstérios”, nas quais os seus membros, que podiam ser de até 2.000 trabalhadores, reuniriam tudo o que possuíam e se organizariam da seguinte forma: a) uma casa familiar similar a um grande hotel, com amplas áreas comuns como salas de jantar, de leitura, de jogos, de teatro e outros serviços sociais autogestionados; b) a autossuficiência e o intercâmbio dos excedentes com outras comunidades similares; c) uma agência que teria a função de adquirir artigos de consumo ao menor preço possível.

Fourier também propôs que os membros que ocupassem funções de liderança deveriam ser eleitos democraticamente, e que o trabalho deveria ser reduzido ao essencial, deixando de ser uma obrigação para se tornar um verdadeiro prazer, o que considerava viável em fábricas limpas e elegantes, organizadas em seções e com uma divisão de tarefas nas quais os membros pudessem escolher e alternar suas tarefas preferidas.

Contra a autoridade do Estado, projetou uma organização social de baixo para cima, reforçando a ideia federalista, por isto pode ser considerado como um precursor do socialismo libertário ou anarquismo (LAMBERT, 1975, Cap. I; GOMEZ CASAS, 1968, p. 22; KAPLAN e DRIMER, 1981, p. 208-212.).

Robert Owen e a Rochdale Equitable Pioneers Society

Partindo de uma dura crítica a propriedade, a família e a religião como fatores alienantes do homem, a sua doutrina pretendia substituir o sistema capitalista por outro mais justo, baseado na cooperação, na educação e na melhora das condições de vida dos trabalhadores. Convencido de que o paternalismo não era a solução para os problemas sociais, e que se deveria suprimir o lucro



industrial e comercial, planejou a formação de cooperativas de produção e de consumo, nas quais os cidadãos mais pobres, organizados em aldeias, poderiam trabalhar comunitariamente e consumir fora do âmbito dos intermediários.

Diferente de Saint Simon e Charles Fourier que não foram responsáveis diretos por nenhuma experiência conhecida, já que tudo indica que os “falanstérios” nunca foram postos em prática, as experiências engendradas por Robert Owen foram amplamente difundidas através da Sociedade Equitativa dos Pioneiros de Rochdale.

O seu projeto iniciou em 1844, quando vinte e oito trabalhadores e artesãos da cidade de Rochdale, situada nas imediações do centro industrial de Manchester, criaram a referida Sociedade. A organização de um armazém cooperativo para abastecer os seus sócios com produtos de primeira necessidade, que inicialmente ocupava somente um andar térreo, em cinco anos se ampliou a todo edifício e possibilitou a criação de salas para reuniões, para leituras, e uma biblioteca social.

Com o aumento da demanda, as atividades se diversificaram e se implantaram programas de ajudas para a obtenção de moradia, para a instalação de fábricas e para o arrendamento de terrenos agrícolas destinados aos sócios desempregados.

Em 1851 haviam no norte de Inglaterra, quarenta e quatro cooperativas com características similares. Em 1856 a cooperativa de Rochdale contava com 1850 sócios e possuía fundos para prestar ajuda e fomentar projetos de educação às famílias dos seus membros e a formação de bibliotecas.

Superadas as crises que assolaram Inglaterra entre 1846 e 1848 e entre 1861 e 1864, esta última produzida pela Guerra da Secessão norte americana, a cooperativa de Rochdale se ampliou com a) instalação de sucursais; b) construção de frigoríficos; c) organização de uma sociedade de vendas ao atacado; d) agências e armazéns em vários pontos do país e do exterior; e) um Banco Cooperativo; e f) uma cooperativa de seguros.

Foi a primeira experiência deste tipo que contou com um estatuto e com bases organizacionais e de funcionamento e que alcançou um êxito notável, servindo de modelo a outras cooperativas criadas em diferentes partes do mundo. O escritor George Jacob Holyoake, contribuiu à difusão dos princípios desta cooperativa na sua obra “Historia de los Pioneros de Rochdale”, cuja primeira edição inglesa é de 1893.

A influência do socialismo científico ou “revolucionário” nas práticas coletivas

O socialismo “revolucionário” aparece durante a segunda metade do século XIX com teóricos que não acreditavam que a simples união de proletários e camponeses e a formação de cooperativas fosse suficiente para acabar com a exploração existente.

Se opo e inclusive derrubando o aparelho repressivo criado pelas sociedades hierarquizadas, este modelo de socialismo reclama liberdade e igualdade frente às instituições que se apoiam no princípio da autoridade. Também proclamava a necessidade de uma ação conjunta de toda a classe trabalhadora para promover mudanças radicais no sistema sociopolítico vigente.

Com este propósito, surgiram durante a segunda metade do século XIX, duas correntes principais: o marxismo e o comunismo de um lado, e o anarquismo de outro. As suas ideias foram postas em prática durante a Comuna de Paris (março - maio de 1871) organizada por uma massa de trabalhadores influenciada pelas ideias de Proudhon (JOLL, 1978, p. 73); na Rússia a partir de 1917 com a instituição dos kolkhozes, e nas coletivizações camponesas da zona republicana durante a Guerra Civil na Espanha (1936-1939).

Com muitas semelhanças no seu enfoque inicial, ambas correntes tomaram rumos diferentes devido as desconformidades que surgiram entre os seus criadores (Karl Marx e Pierre-Joseph Proudhon) e seguidores. Petr Kropotkin afirma na sua obra “Memorias de un revolucionário” (1973, p. 237), que a primeira chispa do anarquismo se produziu em 1871, a partir da dissidência de uma ala da Associação Internacional de Trabalhadores.



Esta ruptura se fundamentou basicamente no papel que o Estado deveria ter no novo modelo de sociedade. Enquanto os marxistas defendiam a tomada do poder do Estado pelo proletariado através de uma revolução, os anarquistas rejeitavam esse poder, defendendo a liberdade individual ao serviço do coletivismo e do federalismo. Se tratavam de fórmulas distintas de entender o processo revolucionário e também de decidir sobre os rumos que a nova sociedade adquiriria.

Ambas correntes contaram com numerosos seguidores que contribuíram para a sua divulgação. As ideias anarquistas de Proudhon foram difundidas por Mikhail Bakunin e Petr Kropotkin; e a teoria marxista foi posta em prática por Lenin no que se denominou União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Proudhon e a formulação da teoria anarquista o ácrata

Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865) foi provavelmente o primeiro homem a denominar-se anarquista (do grego “anarkhia” que se traduz por “ausência de hierarquia”, “ausência de autoridade” o “ausência de governo”). As suas teses que compreendiam a negação da propriedade (terra e capital); do trabalho alienante (considerava o trabalho essencial ao homem desde que tivesse relação direta com as suas necessidades); e do Estado (deveria ser substituído por instituições que organizassem o intercâmbio de bens entre os grupos comunitários que constituíssem a sociedade, constituíram a base de todo pensamento ácrata e foram publicadas na obra “O que é a propriedade?” que obteve grande êxito. É precisamente esta negação do governo e da propriedade que faz de Proudhon o primeiro dos pensadores anarquistas autenticamente puros.

Entendia que para melhorar a condição física, intelectual e moral da classe mais numerosa e pobre era necessário impor-se contra a exploração capitalista. Vislumbrava uma sociedade livre, na qual pequenos artesãos, camponeses e empresários de indústrias coletivizadas negociariam a melhor forma de satisfazer as suas necessidades materiais (BOOKCHIN, 2001, P. 22). A criação do Banco do Povo em 1849, com o objetivo de suprimir o dinheiro e substituí-lo por notas e crédito garantidos por produtos, cujo valor estava fixado pela quantidade de trabalho incorporada neles, e os seus projetos de unir a indústria e a agricultura numa “federação agrícola e industrial” baseada no princípio federativo que o levou a criar uma “confederação mutualista”, tinha este objetivo (ARVON, 1981, p. 49-58).

A difusão das suas ideias se produziu a partir de 1860, quando o movimento anarquista adquiriu consistência no campo do ativismo, e através dos trabalhos de divulgação de Mijail Bakunin e Peter Kropotkin.

Mijail Bakunin (1814-1876) demonstrou na prática e na teoria a grande diferença existente entre a doutrina anarquista e o comunismo de Marx e vinculou o movimento revolucionário russo com os demais movimentos europeus. A sua ideologia defendia a tese que o indivíduo necessitava ser livre para realizar-se, o que para ele significava viver em comunidades não deformadas pela propriedade, pela exploração e pela autoridade, mas por um sistema harmônico, cooperativo e humanista.

Sua crítica ao capitalismo tem como base as ideias de Marx, contudo discordava da função que se devia dar ao Estado porque defendia que o objetivo da revolução deve estar centrado na ampliação do controle de cada indivíduo sobre a sua vida, o que não leva a conquista do poder, mas a sua dissolução. Para Bakunin, a revolução deve destruir o aparelho estatal. Enfatizou que a mesma deve ser espontânea, sem a tutela de um partido político e que os princípios sociais e comunais devem ter primazia ante os políticos. Que a liberdade é produto de um trabalho social, coletivo.

Ao contrário de Marx que depositava as suas esperanças nos trabalhadores industriais, Bakunin dirigia o seu discurso aos camponeses sem terra, aos desempregados, aos artesãos, aos intelectuais e estudantes.

Como a maioria dos intelectuais da sua época, reconhecia a importância das ciências como meio para promover a superação do ser humano; de isto provém o ateísmo e o anticlericalismo que preside a sua obra. Por esta razão entendia que os recursos científicos e tecnológicos deveriam ser mobilizados para o benefício da cooperação social, para a liberdade e a coletivização, no lugar de



serem empregados para o lucro, para a competitividade e para a guerra (BOOKCHIN, 2001, p. 28-35).

Peter Kropotkin (1842-1921) desenvolveu a tese de que a solidariedade humana assegura a edificação progressiva de uma sociedade libertária. Uma teoria, que segundo alguns autores, derivou do evolucionismo darwinista que afirma que as espécies estão comprometidas numa luta permanente e por esta razão os membros de uma mesma espécie devem unir-se para não correr o risco de desaparecer. Segundo Henri Arvon, o instinto de ajuda mútua é para Darwin um instinto permanente que faz nascer a consciência moral no homem (1981, p. 63-64).

Nesta teoria, Kropotkin defendeu a necessidade de a) estabelecer nas aldeias uma forma de produção socializada que combinasse agricultura e indústria, para as quais as técnicas modernas contribuiriam ao bem-estar dos trabalhadores; b) integrar, nos trabalhos diários atividades que incluíssem habilidades intelectuais e manuais; c) estabelecer o revezamento de grupos ou o abandono do trabalho durante um ou dois meses, no verão (Bakunin, 1978); o que se conseguiria com uma mudança radical no sistema educativo e social (“La ciencia moderna y el anarquismo”, citado por DÍAZ, 1976, p. 106-111).

Em 1920, escreveu provavelmente o seu documento mais importante, “Carta aos trabalhadores de todo mundo”, divulgando ao mundo ocidental os pros e contras do novo regime russo.

Para poder diferenciar estas três vias, se convencionou denominar as teses de Proudhon de “mutualismo proudhiano”, e as teorias de Bakunin e de Kropotkin, “anarquismo coletivista” e “anarco-comunismo”, respectivamente.

As colectivizaciones campesinas na Espanha

A origem destas coletividades camponesas esteve relacionada com as ideias de Proudhon e de seus seguidores e ocorreu na zona republicana durante a Guerra Civil espanhola (1936-1939). Contaram com o apoio da “Confederación Nacional de los Trabajadores” (CNT), com características anarquistas e uma grande acolhida entre os camponeses em Andaluzia (Sul), Levante e arredores de Valencia (Leste) e Aragón (Nordeste). Para a organização das coletividades ocuparam: a) terras abandonadas pelos seus proprietários, partidários de Franco, e que passaram às mãos dos municípios; b) latifúndios expropriados através de um Decreto que passou a vigorar em sete de outubro de 1936.

Como não podia ser diferente, nestas coletividades libertárias, as decisões eram tomadas em assembleias dirigidas por um comitê eleito democraticamente. Colocando em prática a proposta de Kropotkin sobre como criar uma sociedade em que homens e mulheres desenvolveriam atividades que integrassem trabalhos intelectuais e manuais, todos os membros destas “colectivizaciones” (coletividades) que tinham alguma função administrativa deveriam também desempenhar atividades manuais.

Adaptando o previsto na doutrina proudhiana, baseada no federalismo e na estrutura social composta por unidades reduzidas, os trabalhadores estavam organizados em grupos de dez membros, que possuíam representantes os quais se reuniam todos os sábados para organizar as atividades da semana seguinte.

As coletividades estavam vinculadas entre si pela “Federación Nacional de Campesinos” que, seguindo os conceitos de Proudhon, cuidava do armazenamento, distribuição e intercambio de produtos entre as diversas comarcas e regiões, substituindo, no essencial, as funções do Estado.

Tudo era de propriedade comum, a exceção dos bens pessoais, poupanças, e aves criadas para o consumo, e todos os homens tinham a obrigação de trabalhar. Como consequência da abolição do sistema monetário, a remuneração que estava em função das necessidades dos membros de cada família, era realizada através de um vale que substituíria o dinheiro e que era trocado por artigos de consumo.

A escola, como meio para libertar o indivíduo da alienação política, religiosa e social, era obrigatória para todos os menores de catorze anos e para os adultos que quisessem completar os seus estudos (THOMAS, 1973, p. 298-319; GUÉRIN, 1977, p. 37-39; BENECKER, 1982, p. 169; ZAAR, 2010, p. 143-152).



No início de 1937 havia na zona republicana da Espanha, segundo Hugh Thomas, um total aproximado de 1.500 coletividades camponesas. Em agosto de 1938, um levantamento do “Instituto de Reforma Agraria” concluiu que existiam 2.213 coletividades registradas, sem computar as que existiam em Aragón, Levante e Catalunha. Este último fato faz alguns historiadores estimar que podem haver existido até 2.700 coletividades em todo território espanhol, com aproximadamente três milhões de pessoas envolvidas (THOMAS, 1973, p. 300; BERNECKER, 1982, p. 109-110).

A sua destruição ocorreu com o avanço das tropas dirigidas pelo general Franco, protagonista do golpe de estado que iniciou a Guerra Civil, que aniquilou todos os vestígios destas “colectivizaciones” e de outras experiências revolucionárias.

O movimento cooperativo segundo a teoria marxista leninista

Na obra “El dezoito de Brumario de Luis Bonaparte” (1851-1852) Marx deixou claro que as experiências alternativas ao sistema capitalista (bancos de trocas e associações de trabalhadores) levavam o proletariado a renunciar a transformação radical do mundo. Este foi o motivo pelo qual, inicialmente, muitos socialistas estavam convencidos de que a cooperação apartava os assalariados de uma tarefa urgente e importante: a tomada do poder.

A partir de 1864, Marx modificou a sua postura, quando no encontro da Associação Internacional de Trabalhadores realizada em Londres redigiu um documento reconhecendo o valor deste movimento e destacando a importância das cooperativas de produção. Posteriormente, tanto o Congresso Internacional celebrado em Genebra em 1866, quanto o Congresso de Lausana (Suíça) em 1867 deixaram claro que as cooperativas de produção melhoravam substancialmente as condições de vida e de trabalho dos operários industriais:

El congreso invita en forma apremiante a los miembros de la Internacional en los diferentes países, a emplear su influencia para conducir a las sociedades de oficios o sindicatos a aplicar sus fondos a la cooperación en la producción, como el mejor medio de utilizar, para el objetivo de la emancipación de las clases obreras, el crédito que conceden entretanto a la clase media y al gobierno. (Transcrito por P. LAMBERT, 1975, p. 136).

Lenin, antes da Revolução Russa tinha a mesma posição que Marx teve até 1864. Em 1910 insistiu sobre a necessidade de introduzir, nas cooperativas de consumo, a “luta de classes” e suprimir da mente dos trabalhadores a ilusão de que o “problema social poderia ser resolvido através da ação cooperativista” (DAVIDOVIC, 1976, p. 110).

Foi somente a partir de 1917 que Lenin pôs esperanças nos movimentos de cooperação. Em 1918 foi contra as medidas de confisco das cooperativas, argumentando que era o único organismo do regime capitalista que se deveria conservar, desde que controlado pelo Estado.

Quando se estabeleceu o regime comunista, o seu pensamento se converteu na única fonte teórica russa sobre cooperativismo, e por isto foi amplamente utilizado quando, após a Revolução de Outubro se instituíram, com base no código agrário de 1922, os “kolkozos”. Seguindo as indicações de Lenin, os representantes de todo sistema de coletivização da URSS, inicialmente eleitos democraticamente, foram substituídos por membros dos “soviets”, o que eliminou o poder de decisão dos trabalhadores e aumentou a interferência do Estado.

A INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO SOCIALISTA E DESTAS EXPERIÊNCIAS NO MOVIMENTO ASSOCIATIVO BRASILEIRO

No Brasil, as teorias que fundamentaram as experiências cooperativas chegam com os imigrantes europeus. O isolamento e a falta de infraestrutura em algumas regiões contribuíram à criação das primeiras associações de cooperação a partir de 1840, que, com características fourieristas, se multiplicaram e se diversificaram em diferentes tipos de sociedades (amparo mútuo, assistência



médica, etc). Este foi o motivo pelo qual toda a legislação brasileira sobre associacionismo e cooperativismo, elaborada no final do século XIX e primeira metade do século XX esteve, diretamente vinculada às teorias e experiências desenvolvidas na Europa durante o século XIX.

Isto ocorreu com: a) a promulgação da Constituição Brasileira Republicana em 1891 que assegurou aos trabalhadores o direito a associar-se em sindicatos e cooperativas, faculdade proibida pela anterior Constituição de 1824; b) a entrada em vigor dos Decretos Lei 979 de 1903 e 1.637 de 1907 que, baseados nas normas dos Pioneiros de Rochdale, regulamentavam a organização dos sindicatos e cooperativas, prevendo federações e a instituição das cooperativas de crédito, de responsabilidade pessoal, solidaria e ilimitada dos associados; c) a promulgação da Lei 4.984 (1925) e do Decreto Lei 17.339 (1926) que criaram e estimularam a expansão dos Bancos Luzzatti e das Caixas Rurais Raiffeisen; d) a entrada em vigor do Decreto 22.239 de 1932, durante o governo de Getúlio Vargas, que baseado na doutrina rochdaleana garantiu às cooperativas, liberdade de constituição e de funcionamento; e) a Constituição Federal de 1934, que garantiu a liberdade de associação e determinou que a sua dissolução só pudesse realizar-se mediante uma sentença judicial (D. PINHO, 1991 e 2004; C. PINHO, 1991).

Depois de um longo período ditatorial em que as cooperativas estiveram sob o controle estatal, e em que uma série de programas estimulou e transformou, por exemplo, as cooperativas agrícolas em agentes de modernização agrícola e da agroindustrialização, a volta à democracia e a promulgação da Constituição de 1988 devolveram ao movimento cooperativo a liberdade de autogestão e a independência ante o Estado.

É neste novo contexto político e social, caracterizado pela liberdade associativa e pelo auge dos “novos” movimentos sociais (pós-industriais) que se engendrou uma nova forma de cooperação, alternativa ao cooperativismo tradicional e com características mais humanas e sociais porque reivindicam maior participação nas decisões políticas e comunitárias. Aludimos ao recente modelo de organização produtiva criado por associações e cooperativas solidárias, que promovem a utilização de novos instrumentos para que trabalhadores urbanos e rurais possam por em prática projetos individuais e comunitários nos quais a democracia, a igualdade e a autogestão lhes abram novas perspectivas laborais e sociais, entre elas a possibilidade de solicitar créditos através do aval solidário, que consiste basicamente na formação de grupos de trabalhadores que no momento de solicitar um empréstimo individual se convertem mutuamente em avalistas. Uma iniciativa que há duas décadas vem proporcionando estratégias de sobrevivência e de manutenção aos menos favorecidos economicamente, através do desenvolvimento de atividades coletivas, que contam com o apoio de redes formadas por sindicatos, ONGs, governos de esquerda e algumas instituições religiosas como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Neste contexto, a constituição da Central de Cooperativas de Crédito de Economia Solidaria (ECOSOL), que aglutina cooperativas de crédito locais autogestionadas e que desde 2004 financia, através do aval solidário e com autorização do Banco Central do Brasil, projetos aos pequenos empreendedores, sejam eles agricultores ou trabalhadores urbanos foi um passo muito importante.

Uma forma de organização e de produção que representa uma nova racionalidade econômica subordinada às necessidades da reprodução da unidade familiar, onde a base do sistema se caracteriza pela autogestão dos meios de produção por um coletivo e pela divisão dos benefícios proporcionais ao aporte de trabalho realizado por cada trabalhador. Por suas características representa, segundo Luiz Inácio Gaigger,

uma reconciliação entre o trabalhador e as forças produtivas que ele detém e utiliza. Não sendo mais um elemento descartável e não estando mais separado do produto do seu trabalho, agora sob seu domínio, o trabalhador recupera as condições necessárias, mesmo se não suficientes, para uma experiência integral de vida laboral e ascende a um novo patamar de satisfação, de atendimento a aspirações não apenas materiais ou monetárias. (2005).



Inseridos neste contexto, elaboramos uma análise sobre a organização social e econômica de 238 agricultores familiares, que incluídos no projeto de produção denominado de economia solidária, são um exemplo a seguir tanto pelas suas iniciativas como pelos resultados obtidos.

Reassentamento São Francisco, a economia solidária como solução a manutenção da agricultura familiar

Com suas origens vinculadas a construção da Hidrelétrica de Salto Caxias (Rio Iguaçu) e a expropriação de terras, o Reassentamento São Francisco, é um dos dez reassentamentos instituídos pela CRABI (Comissão Regional dos Atingidos pelas Barragens do Iguaçu), e se localiza no município de Cascavel (Oeste do estado do Paraná).

A sua formação foi consequência de um longo processo de reivindicações e de negociações com a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), entidade responsável pela construção da hidroelétrica e que se concluiu em 1996 quando a mesma concordou que os expropriados participassem da escolha das áreas que seriam destinadas aos reassentamentos; que fossem reassentados os agricultores que possuíssem até 12 ha, seus filhos, meeiros e arrendatários; que fossem beneficiados com 16 ha de terras os filhos casados que no momento da expropriação estivessem vivendo na propriedade dos seus pais; e, que o tamanho da propriedade no reassentamento seria proporcional a força de trabalho de cada família, calculada segundo a idade de cada membro (entre 5 e 10 anos: 4,2 ha; entre 10 e 15 anos: 4,8 ha; entre 15 e 55 anos: 16,8 ha; entre 55 e 60 anos: 13,44 ha; e com mais de 60 anos: 6, 72 ha.

Adquiridas as áreas e realizada a distribuição dos agricultores atingidos, segundo o tamanho de cada reassentamento, uma das primeiras ações foi a instituição de uma entidade que incluísse todos os reassentados. Isto ocorreu com a criação da Associação de Desenvolvimento dos Produtores e Atingidos pela Usina Hidroelétrica de Salto Caxias (ADERABI) formada por 19 associações menores distribuídas pelos dez reassentamentos. Cada associação, que possui entre 20 e 40 membros, conta com vida jurídica própria: número de registro, junta diretiva eleita democraticamente por dois anos e com poder de decisão sobre os assuntos discutidos e aprovados nas assembleias.

A partir desta estrutura organizativa ampla, os agricultores de cada associação também se reúnem em grupos menores para alcançar determinados objetivos. Esta metodologia foi fundamental para viabilizar a edificação das casas e demais dependências indispensáveis às práticas das atividades agrícolas e de criação de animais (galpões, estrebarias, chiqueiros, etc.) e também para preparar a terra e cultivar os primeiros cereais em todos reassentamentos.

Concomitantemente a criação da ADERABI e suas 19 associações, os técnicos agrícolas que apoiaram o movimento e que sabiam que muitos projetos de assentamentos e reassentamentos não deram os resultados previstos por falta de uma assistência técnica eficaz, planejaram a partir dos acordos assinados entre a COPEL e a CRABI a formação da Cooperativa de Assistência Técnica (COOATER). Esta iniciativa proporcionou a todos os agricultores familiares reassentados uma assistência técnica de qualidade, que os orientou sobre a necessidade de diversificar os produtos agrícolas e as atividades realizadas nas propriedades e também na substituição dos cultivos tradicionais por outros ecológicos. Os técnicos agrícolas também acompanharam a formação de um banco de sementes crioulas, a introdução de novas formas de utilizar adubo natural e o processo de conversão à agricultura ecológica, realizado por uma parte dos agricultores.

A meta a alcançar era melhorar as condições de trabalho e de vida dos reassentados, ampliando a prática de uma agricultura ambientalmente sustentável e atendendo a demanda de um mercado diferenciado.

Outro projeto que teve um papel fundamental para a obtenção de recursos financeiros e consequentemente para viabilizar os projetos foi a criação de uma unidade da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), no município de Cascavel.

Uma das principais características do Sistema Cresol, gerenciado pelos próprios agricultores, é o aval solidário, com a formação de pequenos grupos de agricultores que no momento de so-



licitar um empréstimo individual se avalizam mutuamente. Este procedimento tem uma série de vantagens: evita que o agricultor tenha que hipotecar a propriedade ou a colheita, dá possibilidade para que o pequeno produtor, antes marginalizado, tenha acesso ao crédito, aumenta a integração entre os vizinhos e a responsabilidade dos mesmos que ao conseguir os empréstimos se sentem comprometidos com o sistema Cresol e com os agricultores que o avalizaram.

Os empréstimos coletivos, destinados para adquirir tratores, utensílios agrícolas, cargas fechadas de fertilizantes ou sementes, reduzem consideravelmente o custo da sua aquisição, elimina os intermediários e estimula o desenvolvimento de projetos alternativos.

Mais recentemente, grupos de agricultores familiares do Reassentamento São Francisco se envolveram com outros projetos. Um deles é a Cooperativa de Produção Comercialização e Industrialização da Agricultura Familiar (COOPCAF), criada em 2004. O seu objetivo é a compra coletiva de fertilizantes, sementes e a venda de produtos ecológicos.

O outro projeto está relacionado com a formação de uma cooperativa de leite, uma atividade importante no reassentamento porque representa uma renda mensal que garante a subsistência da família e cobre os gastos provenientes da produção. As dificuldades para conseguir um bom preço no momento da comercialização do mesmo fez com que os pequenos produtores das regiões Oeste e Sudoeste paranaenses, incluídos os reassentados que desejam, se organizassem e criassem a Cooperativa de Leite da Agricultura Familiar (CLAF) que conta com unidades em várias cidades destas duas regiões.

Todos estes projetos são autogestionados e as decisões são tomadas nas assembleias. Os benefícios são proporcionais ao aporte de cada um, em produto ou em trabalho.

Ao analisar a viabilidade econômica destas propriedades agrícolas observamos que a forma de organização em associações, a assistência técnica recebida durante o processo de implantação do reassentamento, o aval solidário e a instituição das cooperativas foram fundamentais na manutenção destas 238 famílias. Sem isto, acreditamos que uma porcentagem importante destes agricultores teria passado por sérias dificuldades, abandonando o reassentamento e migrando à cidade.

A partir deste sistema, os agricultores dotaram as suas propriedades de infraestrutura necessária para produzir e fazer inversões, o que melhorou substancialmente as técnicas utilizadas se as compararmos com as empregadas anteriormente. Por exemplo, a melhora da produtividade e a implantação das práticas ecológicas é fruto deste trabalho, como também o é a utilização da inseminação artificial e das ordenhadeiras mecânicas. São avanços que proporcionaram um melhor nível de bem estar e que ampliaram as perspectivas econômicas destas famílias.

Sobre a sua viabilidade econômica, constatamos durante a realização das entrevistas, que a maior parte da renda familiar provém da soja e do leite, sem que isto comprometa a diversidade da produção. Quase 85% dos reassentados cultiva soja. Todos os agricultores produzem leite. Alguns para o consumo e a maioria para a comercialização. A melhora genética dos animais elevou a produtividade média de leite por animal de 7 litros diários em 2001 para 12 litros em 2007, podendo, em algumas propriedades, alcançar até 20 litros diários por animal.

O milho também tem um papel importante nestas propriedades. Um terço dos agricultores o destinam integralmente para a elaboração de ração, enquanto que os demais comercializam entre 33% e 90% do total colhido.

Outros produtos também são fontes de renda. É o caso do feijão cultivado por 80% dos agricultores entrevistados e que se destina a alimentação e a venda; do fumo, cultivado somente por 10% dos entrevistados, da mandioca, da aveia e outras forragens.

A diversificação está presente tanto nas propriedades ecológicas como nas convencionais. Uma amostra disto é que alguns agricultores se dedicam também a produção de mel e própolis, outros complementam a renda familiar com a criação de cabras ou com a piscicultura. A atividade suína também está presente, tanto no sistema ecológico, como no convencional e no integrado, e se destina ao consumo da família e a venda, dependendo da opção de cada agricultor. Com 60% das famílias constituídas por casais com um ou dois filhos, estes reassentados souberam se organizar,



melhorar a produtividade e as instalações das suas propriedades. Com estas condições favoráveis, graças a sua organização, conseguem obter rendas mensais que dificilmente baixam de 3 salários mínimos, além de que mais da metade deles contam com rendas que podem chegar a 7, 8 e inclusive 9 salários mínimos, dependendo de como as condições climáticas incidem na produção, mas também do preço obtido pela venda do leite e de outros produtos que pode variar de ano a ano. Com o montante obtido a partir da venda dos produtos agrícolas, do leite, de alguns animais, estes agricultores obtêm recursos que lhes permitem pagar os custos derivados das atividades agrícolas, atender as necessidades básicas da família, investir na propriedade e inclusive manter seus filhos nas universidades públicas situadas nas cidades mais próximas (ZAAR, 2007a, 2007b e 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao contextualizar histórica e teoricamente os ideais e as experiências que contribuíram ao aparecimento do associativismo, do cooperativismo e mais recentemente da economia solidária, quisemos mostrar como os princípios que norteiam estas teorias, que na maioria das vezes nos parecem distantes e sem conexão com a atualidade, perduraram através do último século e serviram de diretrizes para criar novas experiências.

Isto se pode observar quando comparamos as cooperativas de crédito protagonizadas por Raiffeisen em 1847 e que se expandiram na Alemanha, Itália, Quebec e Brasil, durante a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX respectivamente; mas que também se evidenciam em outras experiências que se assemelharam as associações de ajuda mútua propostas pelos socialistas utópicos Robert Owen e Charles Fourier. Nos referimos tanto as praticas dos imigrantes europeus que povoaram o Brasil há mais de um século, como as recentes experiências que abrangem a economia solidária.

Em quanto ao pensamento ácrata ou anarquista, podemos enumerar alguns aspectos que também fazem parte das características que definem a economia solidária. Aludimos às propostas de Saint Simon e Kropotkin que pretendiam amenizar a exploração do trabalhador e que para isto propuseram que os indivíduos trabalhassem em atividades que melhor se adaptassem ou que associassem tarefas manuais e intelectuais e que se revezassem nos trabalhos a executar, uma metodologia que se pode praticar com a autogestão. Outro elemento básico na economia solidária é a ausência de hierarquia que também vem sendo difundido há mais de um século através das ideias de Proudhon, dos seus seguidores Bakunin e Kropotkin, e do socialista utópico Fourier.

Sobre a autogestão, Sant Simon a deixou implícita quando defendeu a existência de associações de trabalhadores que controlassem a economia; Fourier a incluiu nos seus “falanstérios”; Owen a introduziu na formação das suas cooperativas de aldeias; Proudhon a previu quando propôs a organização da indústria e da agricultura numa “federação agrícola e industrial” baseada no princípio federativo; Bakunin a interpretou como fazendo parte de um coletivismo que se ajusta a realidade de pequenas aldeias independentes, com pouca ou nenhuma influência da classe dirigente urbana; Kropotkin, a implicou quando planejou indústrias administradas pelos próprios trabalhadores; Marx, quando no Congresso Internacional de Trabalhadores de 1866 e de 1867 aconselhou aos trabalhadores que se unissem em cooperativas de produção; e Alphonse Desjardins quando conduziu os associados das suas cooperativas à responsabilidade de autogestão.

A cooperação com a finalidade de eliminar os intermediários é outra das características das associações e cooperativas que formam parte da economia solidária, entretanto o seu estímulo é muito antigo e tem a sua origem nas dificuldades que os trabalhadores, mal remunerados, tinham para adquirir gêneros de primeira necessidade. Em sua defesa estavam tanto os socialistas utópicos como os anarquistas. Fourier planejou o intercambio e a criação de uma agência vinculada aos “falanstérios” e Owen fez das cooperativas de produção e de consumo o seu projeto de vida; Proudhon imaginou uma sociedade na que os homens intercambiassem o produto do seu trabalho



por outros bens que necessitassem, através de instituições surgidas de acordos formalizados entre grupos comunitários.

Em um contexto similar, a milenar prática de intercambiar produtos, hoje incentivada e praticada em varias comunidades alternativas com o objetivo de eliminar o sistema monetário corrente também foi difundida por Proudhon, quando, em 1849 criou o Banco do Povo. A substituição do dinheiro por notas e crédito garantidos por produtos foi uma prática difundida nas “colectivizaciones campesinas” espanholas.

Atualmente, devido a grande dificuldade para abolir ou substituir o sistema monetário, a economia solidária fomenta o intercambio de produtos, a troca, e a prática do aval solidário. Neste último caso, a instituição de bancos de créditos que não objetivam lucro, mas que trabalham para o benefício dos seus associados, dá uma conotação humana e social a estes tipos de experiências, nas que o importante não é a competição por novos mercados, o lucro ou o aumento do capital, mas a melhora das condições de vida e de trabalho dos seus integrantes.

Trata-se, como vimos, de conceitos e de experiências que se adaptam ao atual contexto econômico e que por isto adquirem novos significados sociais e econômicos que não estão isolados, más vinculados a outras reivindicações políticas, sociais e ambientais, etc, e que estão tendo um grande ressonância mundial.

Representa uma experiência nova que estabelece um filtro ou uma barreira de defesa mais ou menos eficaz que torna os seus membros menos expostos a desumanização do sistema capitalista, que sacrifica os economicamente enfraquecidos. Todos sabemos que na livre competência a oferta e a demanda funcionam segundo o poder de cada uma das partes, o que talvez não planejamos é como fazer para que esta competência seja mais equilibrada, e é aí que entra o papel da economia solidária quando promove a associação dos mais débeis e os fortalece para que esta competência seja mais justa.

Este é o papel que exercem todas as redes que apoiam esta nova forma de economia social, baseada em atividades produtivas autogestionadas e inseridas no que José Luis Caraggio descreve como “o reverso da lógica capitalista” e que Paul Singer denomina de “novo modo de produção” (KRAYCHETE, 2000, p. 35; GAIGGER, 2005), e que sem sombra de dúvidas melhora consideravelmente a vida laboral dos trabalhadores que dela fazem parte, porque, entre outros, possibilita que realizem atividades que englobam todas as fases da atividade produtiva e promove a distribuição igualitária dos benefícios. É por isto que a economia solidária “é e poderá ser mais que uma mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser uma alternativa superior ao capitalismo” (SINGER, 2010, p. 114).

Estas são as razões pelas quais pensamos que os empreendimentos solidários também são o resultado de um largo processo de amadurecimento a que se submeteu o movimento cooperativo brasileiro e mundial. Em alguns casos, como o dos agricultores familiares brasileiros do sul do Brasil, representam igualmente uma forma de rejeição a alguns complexos agroindustriais que sob a denominação de “cooperativas” despontaram com muita força a partir da década de 1960 e nas quais o poder de decisão dos pequenos produtores tem sido simbólica. A busca de um modelo de cooperativas de dimensões reduzidas, que atendessem as suas necessidades de produção e de crédito contribuiu a expansão dos empreendimentos solidários entre agricultores familiares brasileiros.

Tivemos a oportunidade de comprovar os seus resultados no Reassentamento São Francisco e por isto cremos firmemente que experiências similares devem ser divulgadas e adaptadas às realidades locais e regionais, para de esta forma melhorar as condições de vida e de trabalho de trabalhadores urbanos e rurais. Estas iniciativas podem se converter em instrumentos de emancipação e seus protagonistas em agentes de transformação para um mundo socialmente mais justo.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ARVON, Henri. **El anarquismo en el siglo XX**. Tradução de Ana Goldar. Madrid: Taurus, 1981.
- BERNECKER, Walther L. **Colectividades y revolución social: El anarquismo en la guerra civil, 1936-1939**. Tradução espanhola de Gustau Muñoz. Barcelona: Editorial Crítica, 1982.
- BOOKCHIN, Murray. **Los anarquistas españoles. Los años heroicos 1868-1936**. Tradução Ernesto Rubio, Valencia: Numa Ediciones, 2001.
- BRADEMAS, John. **Anarcosindicalismo y revolución en España (1930-1937)**. Tradução castelhana de Joaquín Romero Maura. Barcelona: Ariel, 1974.
- CARRION, Pascual. **La reforma agraria de la Segunda República**. Esplugues de Llobregat: Orbis, 1987.
- CHARLÉTZ, Sébastien. **Historia del Sansimonismo**. Tradução de Monique Acheroff y Eduardo Rincón. Madri: Alianza Editorial, 1969.
- DAVIDOVIC, George. **Hacia un mundo cooperativo: económicamente, socialmente y políticamente**. Tradução R. Carbonell de Masy. Zaragoza: Centro Nacional de Educación Cooperativa, 1976.
- DÍAZ, Carlos. **Las teorías anarquistas**. Bilbao: Edita Zero, 1976, 3a ed.
- GAIGGER, Luis Inácio. **A economia solidaria diante do modo de produção capitalista. Leituras Cotidianas** n. 127 de 17 de janeiro de 2005.
- GOMEZ CASAS, Juan. **Histórico del anarcosindicalismo español**. Santiago (Chile) y Madri (España): Editora ZYX, 1968.
- GUERIN, Daniel. **El anarquismo en la revolución española**. Colectividades Campesinas. Barcelona: Tusquets Editor, 1977.
- HOLYOAKE, George Jacob. **Història dels “Equitables Pioneers” del Rochdale**. Barcelona, Fundació Rocas y Galès, 1982, 1a ed. inglesa de 1893.
- JOLL, James. **Los anarquistas**. Tradução de Rafael Andreu. Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1978, 3ª edição.
- KAPLAN DE DRIMER, Alicia y DRIMER, Bernardo. **Las Cooperativas - fundamentos, historia-doctrina**. Buenos Aires: Intercoop Editora Cooperativa Limitada, 1981, 3ª edição.
- KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia**. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, p. 15-37.
- KROPOTKIN, Petr A. **Memorias de un revolucionario** (1ª ed. espanhola publicada em Barcelona pela Editora Atlante sobre 1900) Bilbao: Zero, 1973.
- KROPOTKIN, Petr A. **Campos, fábricas y talleres** (1ª ed. 1910). Madrid: Júcar, 1978.
- LAMBERT, Paul. **La doctrina Cooperativa**. Tradução da 2ª ed francesa: Juan Gascón Hernández y Fernando Elena Díaz. Buenos Aires: Intercoop Editora Cooperativa Limitada, 1975, 4ª edição.
- LEVAL, Gastón. **Colectividades Campesinas**. Barcelona: Tusquets Editor, 1977.
- PINHO, Carlos Marques. **Evolução da legislação cooperativista no Brasil. As grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro**. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras, 1991, p. 115- 217, vol I.
- PINHO, Diva Benevides. **Memória do cooperativismo a nível nacional: importância e objetivos**. As grandes coordenadas da memória do cooperativismo brasileiro. Brasília: Organização das Cooperativas Brasileiras, 1991, p. 9-114, vol I.
- PINHO, Diva Benevides. **O Cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. **¿Qué es la propiedad?** Tradução de Rafael García Ormaechea. Espligues de Llobregat: Orbis, 1983.
- PROUDHON, Pierre-Joseph. **L'idée générale de la Révolution au 19e siècle**. Paris: Nueva Edición, 1929.
- REDE TECOLOGIAS ALTERNATIVAS/SUL. **Interconectando ideias e ideais na construção do futuro**. ALMEIDA, Alcione y NAVARRO, Zander (org). **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998, 2a. ed.



- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1996, 2a ed.
- SINGER, Paul. **Economia dos setores populares**: propostas e desafios. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000, p. 143-161.
- SOLDEVILLA y Villar, Antonio D. **El movimiento cooperativista mundial**. Valladolid: Antonio D. Soldevilla y Villar, 1973.
- TAUILE, Ricardo. Do socialismo de mercado à economia solidaria. **Leituras cotidianas**. N. 169 de 13 de maio de 2005.
- THOMAS, Hugh. **Las colectividades agrarias anarquistas en la guerra civil española. Estudios sobre la república y la Guerra Civil española**. Ed. Raymond Carr. Barcelona: Ed. Aril, 1973, p. 2298-319
- ZAAR, Miriam Hermi. **La viabilidad de la agricultura familiar asociada**: El caso del Reasentamiento São Francisco, Cascavel, PR, Brasil. Tese doutoral realizada sob a orientação do Dr. Horacio Capel. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007a. 718 p. Publicada pela Universidade de Barcelona <<http://www.tdx.cat/handle/10803/1967>>.
- ZAAR, Miriam Hermi. Procesos participativos en la agricultura familiar: el caso de los Reasentamientos CRABI, PR, Brasil. **XX Congreso de Geógrafos Españoles**: La Geografía en la frontera de los conocimientos. Sevilla: Universidad Internacional de Andalucía, Asociación de Geógrafos Españoles y Universidad Pablo de Olavide, 23-28 de outubro de 2007b. [CD-Rom].
- ZAAR, Miriam Hermi. La agricultura familiar y su función transformadora: Diez años del Reasentamiento São Francisco, Cascavel, PR, Brasil. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2008, vol. XII, nº 270 (77). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270/sn-270-77.htm>>.
- ZAAR, Miriam Hermi. Colectividades Campesinas en España (1936-1939). Un breve análisis. **Actas del XV Seminario APEC: América Latina**: Diálogos posibles. Barcelona: Asociación de Investigadores y Estudiantes Brasileños en Cataluña (APEC), 9-12 de junho de 2010. p. 143-152 <<http://www.apecbcn.org/>>

Trabalho enviado em junho de 2013
Trabalho aceito em agosto de 2013

